

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXIII • PORTO • 2012

A Transição Profissional dos Licenciados em Sociologia pela FLUP: novos resultados em 2006¹

Cristina Parente², Nácia Costa³ e Mafalda Gomes⁴
Universidade do Porto

Resumo:

O artigo procura refletir sobre a importância do título universitário em Sociologia no mercado de trabalho. Em sequência das profundas mutações ocorridas no tecido económico, a transição dos jovens licenciados no mercado do trabalho adquire uma configuração crescentemente insegura e instável com manifestações diversas, quer ao nível das situações socioprofissionais vividas, quer dos momentos de acesso ao emprego ou ainda de desemprego vividos. Identificam-se e discutem-se diferentes aspetos caracterizadores da inserção profissional insegura e instável dos licenciados em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto a partir dos dados recolhidos no ano de 2006 pelo Observatório do Emprego dos diplomados em Sociologia, em continuidade com os dois estudos anteriores, realizados nos anos de 1998 e de 2003.

Palavras-chave: Emprego; Transição para o trabalho; Diplomados; Sociólogos; Sociologia.

1. Na continuidade dos estudos do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia: abordagem teórico-metodológica

No momento atual em que o contexto económico é cada vez mais pautado por traços de instabilidade e incerteza, a precariedade profissional é mais intensa e assume diferentes formas de manifestação. A mais comumente assinalada é a mudança da relação de emprego estável para um trabalho contratual e salarial instável, com características que se vêm agudizando desde a década de 70 do século XX, período marcado pelo alargamento da heterogeneidade dos estatutos laborais. A partir de

¹ Agradecemos a revisão ortográfica da responsabilidade da Dra. Olímpia Loureiro.

² Socióloga. Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e investigadora do Instituto de Sociologia da mesma instituição (ISFLUP) (Porto, Portugal). *E-mail:* cparente@letras.up.pt

³ Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). À época do estudo, bolsista de integração na investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia. *E-mail:* nadiamaria.costa@gmail.com

⁴ Aluna do mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). À época do estudo, bolsista de integração na investigação Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia. *E-mail:* maffagomes@gmail.com

então, as transformações económicas e sociais repercutiram-se ao nível do mercado do emprego numa crise de quantidade e de qualidade do mesmo⁵, marcando o fim da noção de emprego para toda a vida. Em sequência deste fenómeno, torna-se importante refletir sobre o papel de um título universitário num mercado de trabalho em contínua transformação e que apresenta desfasamentos objetivos e subjetivos vários entre um sistema educativo plenamente massificado e um sistema económico caracterizado pelo princípio da individualização da relação salarial. Com efeito, os jovens enquanto segmento preferencial das práticas de emprego flexível nas suas diferentes dimensões – salarial, contratual e qualificacional – adquirem no sistema educativo saberes e capacidades, mas também desenvolvem aspirações relativamente à sua posição no mercado de emprego que não encontram, nem linear nem automaticamente, possibilidades de concretização imediata ao nível do sistema produtivo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001)⁶.

Constata-se, por conseguinte, que a questão do acesso ao emprego e permanência no mercado de trabalho dos diplomados do ensino universitário, abordada sob diferentes expressões, inserção profissional, entrada na vida ativa ou transição ao trabalho, ganhou um considerável destaque enquanto problema social enfrentado pela juventude atual e, em consequência, tem sido objeto de contínuas medidas (de intenções) políticas alcançando centralidade, nomeadamente nos discursos reflexivos de vários atores, quer políticos, quer académicos, quer da opinião pública (Rose, 1984; 1996; Alves, 1998; Gonçalves, Parente e Veloso, 1997; 2004; Alves, 2008).

É sobre esta problemática que o artigo versa ao debruçar-se sobre os ritmos, modos e condições de acesso e permanência no mercado de trabalho dos licenciados em Sociologia da FLUP. A análise proposta surge na continuidade de dois outros textos publicados por Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004) no âmbito do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia produzidos no âmbito do ISFLUP, e retoma, ao mesmo tempo que desenvolve conceptualmente, a problemática teórica já delineada.

A nível metodológico, o levantamento que esteve na origem da recolha de dados do Observatório do Emprego dos Licenciados em Sociologia, no ano de 2006, acontece

⁵ Embora estejamos diante de processos que, dada a sua complexidade, não recolhem unanimidade em torno de fatores explicativos nem tampouco, e pela mesma razão, são objeto de teses unívocas e determinísticas, verifica-se porém a presença de variáveis consensualmente reconhecidas como tendo um impacto decisivo na transformação do mercado de trabalho. A nível meso-empresarial, estas dizem respeito à alteração dos processos de organização do trabalho e da gestão da mão de obra na qual se destaca a adoção de uma estratégia empresarial assente na redução de recursos humanos e na introdução das tecnologias da informação e de comunicação. A nível macro-económico, estas orientações coexistem com pressões suscitadas pela intensificação da concorrência internacional e pelos movimentos de diversificação do consumo e da produção.

⁶ Nos estudos extensivos conduzidos no âmbito do World Values Survey (www.worldvaluessurvey.org), Inglehart e colaboradores (2008) desenvolvem uma perspetiva sociológica que assenta no princípio teórico de que as mudanças nos valores e atitudes dos sujeitos, como as configurações sócio-políticas instauradas nas sociedades ocidentais a partir da segunda metade do século XX, foram largamente impulsionadas pelas transformações económicas e tecnológicas ocorridas desde então, nomeadamente em cenários de crescimento e prosperidade económica. Inglehart e colaboradores defendem que as diferenças intergeracionais mais notáveis encontradas nos valores e atitudes dos sujeitos socializados a partir da II Guerra Mundial, demonstram uma deslocação de sentido dos valores materialistas, com prevalência na segurança económica, para valores pós-materialistas com ênfase na autonomia e autoexpressão. Segundo os autores, este movimento fundamenta a transição para a designada «sociedade pós-industrial». Porém, parece pertinente evidenciar que ainda que esta perspetiva teórica não levante objeções lógicas em contexto de crescimento e relativa estabilidade económica, os cenários económicos instáveis e recessivos que têm marcado recentemente as sociedades ocidentais levantam desafios teórico-metodológicos à perspetiva da modernização social que é proposta por Inglehart.

inserido num projeto de investigação mais amplo desenvolvido no ISFLUP⁷. A informação tratada resultou de um inquérito por questionário administrado por via eletrónica, que contou, como população alvo, com 236 licenciados da FLUP, diplomados entre os anos letivos de 1996/97 e 2003/04. Obtiveram-se dessa recolha 101 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de retorno significativamente satisfatória, e equivalente a 42,7%⁸.

O inquérito por questionário é idêntico aos dois anteriormente aplicados em 1998 e 2003, cujos resultados foram publicados nos anos de 2001 e 2004 respetivamente.⁹. Neles se privilegia uma abordagem retrospectiva que incide sobre a evolução da inserção e sobre os modos de acesso dos licenciados ao mercado de trabalho, de forma a reconstruir o seu percurso profissional desde a saída da universidade (entre os anos letivos de 1996/97) até à sua situação profissional à data da resposta ao inquérito, passando pela entrada na vida ativa com o primeiro emprego regular. Deste modo, procura-se captar o acesso ao mercado de trabalho e as trajetórias profissionais, que têm uma duração máxima de 9 anos para os que terminaram a licenciatura em 1997, e uma duração mínima de 18 meses para aqueles que a concluíram em 2004.

2. Discussão de resultados

A discussão dos resultados que é proposta nos subpontos seguintes começa por caracterizar a situação socioprofissional dos licenciados no emprego que detinham à altura de aplicação do inquérito, para depois recuar no tempo das suas trajetórias profissionais e caracterizar os ritmos, os modos de acesso e obstáculos da transição ao primeiro emprego, bem como a situação socioprofissional vivenciada, a mobilidade profissional experimentada e o desemprego vivido. A caracterização social dos inquiridos e dos respetivos agregados familiares e os seus valores e satisfação face ao trabalho ocupam a última parte da exposição.

2.1. Situação socioprofissional em 2006 – emprego atual

Começamos por analisar a situação socioprofissional detida em 2006, altura da aplicação do inquérito. O acesso a este emprego foi obtido maioritariamente por via de anúncios e concursos (Quadro 1). Se atentarmos a uma leitura comparativa com os resultados dos dois estudos anteriores, 1998 e 2001, verifica-se que esta prática prevalece¹⁰

⁷ O projeto *Precariedade Profissional dos diplomados da Universidade do Porto em ciências sociais, humanidades e administração e alternativas de inserção futura* (POCI/SOC/58441/2004), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tinha como investigador responsável Carlos Manuel Gonçalves. Integraram a equipa de investigação igualmente Cristina Parente e Luísa Veloso.

⁸ Em termos técnico-metodológicos importa ressaltar algumas notas sobre a população: o período referente à situação profissional dos licenciados em sociologia pela FLUP aqui retratado, inclui o período entre os anos letivos de 1997/98 e 2001/02 que já fora objeto de observação no estudo anterior (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004). Esta reincidência justifica-se pela necessidade de fundamentar este estudo em dados robustos, contornando as limitações existentes em termos de taxa de resposta, impostas quer pelo inquérito postal, como pelo inquérito eletrónico, e que derivam da impossibilidade da cobertura da população alvo na sua íntegra.

⁹ Para um maior desenvolvimento da estratégia metodológica, cf. Gonçalves; Parente; Veloso (2001 e 2004).

¹⁰ Com efeito, o primeiro artigo publicado em 2001, “Licenciados em Sociologia: Ritmos e formas de transição ao trabalho”, indicava que 38,9% dos diplomados tinham acedido por anúncio ou concurso público ao emprego no qual se encontravam na altura da realização do inquérito. No estudo posterior, “Licenciados em Sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, publicado no ano de 2004 verificamos uma incidência de 28,4% nesta prática de acesso ao emprego.

numa posição privilegiada nos três estudos, embora este recurso tenha vindo a conhecer um decréscimo de importância relativa.

Quadro 1 – Meios de acesso ao emprego atual (%)

Autoproposta	10,8
Por anúncio ou concurso público	26,5
Centro de Emprego	3,6
Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA)	2,4
Familiares, amigos ou colegas de licenciatura	26,5
Um professor da Faculdade que frequentou	3,6
Instituições de formação profissional	2,4
Na sequência de um estágio profissional	7,2
Começou a trabalhar como trabalhador independente	2,4
Concurso a bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	4,8
Outro	8,6
Total	100
n = 83	

Numa leitura de conjunto, os meios formais definidos como aqueles que exigem um relacionamento institucionalizado com os empregadores (anúncios e concursos, na sequência de um estágio) ou com mediadores para o emprego (centros de emprego e instituições de formação profissional), foram acionados e concretizados com sucesso por 42,1% dos inquiridos. Este valor consubstancia uma formalização dos processos de acesso ao emprego, ao qual teremos de agregar o conjunto daqueles que tomaram uma postura pró-ativa face ao mercado de trabalho por intermédio da sua autoproposta (10,8%), ou que se candidataram a bolséis para prosseguir estudos, ou integrados em projetos de investigação académica (4,8%).

Importa salientar que 8,4% dos inquiridos ocupavam um emprego por intermédio de programas de inserção na vida ativa como a UNIVA, Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional, valores que revelam a intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho, visando promover uma maior empregabilidade dos diplomados do ensino superior.

A importância dos meios informais (colegas e docentes do curso, familiares e amigos) é de igual modo significativa (30,1%). Destacamos que a informalidade se mantém bastante próxima dos valores registados para os estudos anteriores; no entanto não deixa de se observar a importância relativa que têm os familiares, amigos e colegas de faculdade, conferindo um significativo destaque à mobilização das redes e relações de interconhecimento primárias situadas fora do espaço da Faculdade, bem como à importância das redes de pares adquiridas ao longo da trajetória académica, práticas assentes no volume de capital social dos inquiridos (Bourdieu, 1980). A constatação da força dos meios informais no acesso a um emprego não é de todo recente. Já Granovetter (1983; 1995) destacava a relevância desta relação ao argumentar que os contactos esporádicos e

menos próximos assumiam maior influência no acesso a um emprego quando comparados com a influência das relações mais próximas, tais como os familiares e amigos. Ainda que os nossos resultados apontem para importância dos laços sociais, não é possível afirmar, em virtude da própria construção dos indicadores, quais os contactos mais dinamizadores na obtenção de um emprego, uma vez que familiares, amigos e colegas de licenciatura aparecem agregados no mesmo item. Apesar disso, e contrastando com a proposta de Granovetter, é aqui notório o papel residual dos professores de faculdade que assumem uma relação tendencialmente mais casual com os alunos após o término da licenciatura, e que, à luz daquele autor, prefiguraria uma condição favorável no acesso a um emprego.

É notoriamente reconhecido pelos inquiridos (86,5%) que o facto de serem licenciados em sociologia teve importância para o acesso ao emprego detido, à altura da aplicação do inquérito. Esta ocorrência demonstra a valorização positiva atribuída à formação universitária em sociologia como qualificante para o emprego.

Quadro 2 – Profissão, ocupação diária e vínculo contratual do emprego atual (%)

Profissão	
Quadros Superiores Administração Pública e Empresas	8,5
Docentes do Ensino Secundário e Superior	15,9
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	62,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	4,9
Empregados de Escritório	4,9
Pessoal dos Serviços Diretos	1,2
Manequins, Vendedores e Demonstradores	1,2
Trabalhadores Não qualificados	1,2
Total	100
n = 82	
Ocupação diária	
A tempo inteiro	92,8
A tempo parcial	7,2
Total	100
n = 83	
Vínculo Contratual	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	34,9
Contrato a termo certo	30,1
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	19,3
Sem contrato	1,2
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	8,4
Estágio	6,0
Total	100
n = 83	

A análise do quadro 2 mostra que, em termos de profissão principal atual, se destacam os especialistas das profissões intelectuais e científicas, dos quais 47,6 % se rotulam de sociólogos. Os docentes do ensino secundário e superior ocupam a segunda posição, todavia com um valor relativamente afastado da primeira. Um conjunto de 8,5% dos licenciados encontra-se em posições caracterizadas por menores recursos qualificacionais, remuneratórios e de prestígio social (pessoal administrativo, pessoal dos serviços, vendedores e trabalhadores não qualificados).

Estes resultados, se comparados com os estudos anteriores, introduzem duas novidades: em primeiro lugar, o aumento significativo do peso percentual daqueles que ocupam funções nos quadros superiores e, em segundo, o aparecimento de licenciados a desempenharem tarefas não qualificadas. Consta-se uma tendência, já exposta anteriormente, de concentração dos indivíduos na profissão de sociólogo, o que indica uma manutenção da sua representatividade no mercado de trabalho, bem como um reconhecimento pelas entidades empregadoras das competências e qualificações adquiridas ao longo da formação académica.

A maioria dos licenciados exercia a atual profissão a tempo inteiro, todavia frequentemente em situação de precariedade contratual: cerca de 50%, incluem-se numa relação jurídica alicerçada no contrato de trabalho a termo certo e em regime de prestação de serviços. Observa-se que, dentre os 19,3% respondentes que afirmam exercerem um contrato em regime de prestação de serviços, seis eram assalariados ocultos¹¹. As duas relações jurídicas de trabalho mencionadas evidenciam as diferentes situações de risco e de incerteza que os licenciados enfrentam face ao futuro profissional.

À semelhança do que foi explorado nos estudos anteriores, estes dados corroboram o sentido e a natureza da evolução do mercado de trabalho no nosso país nas últimas décadas. Com efeito, a externalização das relações de trabalho expressas naquelas duas formas precárias de relação jurídica laboral – contrato a termo certo e regime de prestação de serviços – têm sido utilizadas para reduzir o volume e os custos do trabalho. Estes instrumentos de flexibilização quantitativa do emprego assumem-se nas visões neo-liberais como imprescindíveis ao crescimento económico e do emprego (Boltanski e Chiapello, 1999), permitindo enfrentar os desafios e superar as limitações geradas pela intensificação da competitividade resultante da internacionalização das trocas económicas. Para além dos fatores macroeconómicos, subsiste, tal como já fora referido em textos anteriores, uma estratégia de gestão de mão de obra por parte das entidades empregadoras que incide sobre a flexibilização do emprego interno. Mais adiante, no decorrer deste texto, estreitaremos a articulação entre a natureza precária do trabalho e a situação profissional dos jovens.

Perante a importância da precariedade contratual, afigura-se pertinente caracterizar os respondentes a vivenciar uma situação contratual precária à data da aplicação do inquérito, tendo em conta a sua distribuição pela profissão principal e pelo tipo de organização (quadro 3). Trata-se de especialistas intelectuais e científicos, bem como de docentes do

¹¹ O assalariamento oculto, também designado por falso trabalho independente, remete para relações contratuais baseadas em contratos de prestação de serviços/recibo verde. Contudo regulamentadas por situações de trabalhadores por conta de outrem, dada a execução de tarefas regulares e constantes, persiste a utilização de meios de trabalho pertencentes à organização contratante e o cumprimento de horários de trabalho e enquadramento na cadeia hierárquica da organização. Deste modo, caracterizam situações laborais cuja configuração é idêntica à dos trabalhadores assalariados em termos de deveres e obrigações, porém ausentes dos respetivos direitos.

Ensino Secundário e Superior que integram a administração pública central, regional e local, seguido das Instituições Privadas de Solidariedade Social e das empresas privadas.

Quadro 3 – Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no emprego atual (%)

Profissão	
Diretores de empresa	5,6
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissionais Similares	16,7
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	64,8
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	3,7
Empregados de escritório	5,6
Pessoal dos serviços diretos e particulares	1,9
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	1,9
Total	100
n=54	
Tipo de organização	
Empresa Privada	13
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	1,9
Orgão de Administração Pública Central e Regional	24,1
Orgão de Administração Pública Local	11,1
Instituto Público	1,9
Instituto Privado de Solidariedade Social	14,8
Fundação	1,9
Total	100
n=54	

O quadro 4 sistematiza o perfil das organizações onde se encontram a trabalhar os diplomados em Sociologia. Integram-se sobretudo nos setores do Ensino/Formação e Investigação, da Ação Social e da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, exercendo profissão em organizações públicas (central, regional e local) (34,1%), em empresas privadas, e em organizações sem fins lucrativos (41,4%) e dentre estas, em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A leitura do quadro 4 indica que, não obstante manter-se alguma diversidade nos setores de atividade e no tipo de organização empregadora dos licenciados, é contudo notório um decréscimo relativo na Administração Pública e um acréscimo que, em contraponto, se difunde por outros tipos de organização¹². Em suma podemos destacar duas áreas de forte captação de sociólogos: a área tradicional da docência e a investigação por um lado, a ação social por outro, embora com uma capacidade empregadora estatal enfraquecida, quando comparada com os períodos

¹² Com efeito, no estudo publicado em 2001 observa-se que 21,7% dos respondentes exercia funções no setor da Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória, e no ano de 2004 registou-se um acréscimo sobre esse valor atingindo os 27,5%.

estudados anteriormente. Tal como mencionado por Baptista e Machado (2010), o contínuo alargamento dos perfis profissionais dos sociólogos face àqueles que caracterizavam as primeiras gerações de diplomados em sociologia, sobretudo vinculados à docência e à investigação, traduzem os impactos das mudanças económicas e sociais, assim como a amplitude de solicitações sociais daí decorrentes colocadas aos saberes sociológicos.

Quadro 4 – Setor de atividade, tipo e dimensão das organizações do emprego atual (%)

Setor de atividade	
Indústria transformadora	3,7
Construção e obras públicas	1,2
Comércio	1,2
Transportes, armazenagem e comunicações	1,2
Atividades financeiras, bancos e seguros	4,9
Serviços às empresas	3,7
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	13,6
Ensino-Formação e Investigação	34,6
Saúde	3,7
Ação social	24,7
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	7,4
Total	100
n = 81	
Tipo de organização	
Empresa Privada	19,5
Empresa Pública	1,2
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	1,2
Órgão de Administração Pública Central e Regional	19,5
Órgão de Administração Pública Local	14,6
Instituto Público	2,4
Instituição Particular de Solidariedade Social	13,4
Fundação	1,2
Cooperativa	4,9
Associação de Desenvolvimento	7,3
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	14,6
Total	100
n = 82	
Dimensão da organização	
De 1 a 5 trabalhadores	3,7
De 6 a 10 trabalhadores	6,1
De 11 a 100 trabalhadores	48,8
De 101 a 500 trabalhadores	23,2
Mais de 500 trabalhadores	18,3
Total	100
n = 82	

Assinale-se que a maioria dos licenciados estava inserida em organizações com menos de 100 trabalhadores. Somente 18,3% trabalham em organizações com 500 e mais trabalhadores¹³, dentre os quais 46,7% pertenciam à Administração Pública.

Em termos salariais, o rendimento modal auferido pelos licenciados à data da aplicação do inquérito é um indicador premente para avaliar os benefícios materiais granjeados pela profissão na atualidade. Observa-se que para cerca de 70% dos licenciados aquele não ultrapassa os 1100€ líquidos mensais.

Quadro 5 – Rendimento líquido no emprego atual (%)

Igual ou inferior a 500€	6,1
De 501-800€	25,6
De 801-1100€	40,2
De 1101-1400€	14,6
De 1401-1700€	6,1
Igual ou superior a 1701€	7,3
Total	100
n = 82	

A ultimar a análise do emprego detido pelos licenciados em 2006, abordamos a avaliação que os mesmos fazem da compatibilidade entre a sua formação académica em sociologia e a função que desempenham, patente no quadro 6.

Quadro 6 – Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada no emprego atual (%)

Mobilização dos conhecimentos técnicos	52,9
Mobilização de competências relacionais e estratégicas	19,1
Formação académica útil, mas não necessária	17,6
Formação académica garante uma relativa estabilidade/progressão	1,5
Formação académica é condição necessária/muito adequada	17,6
Formação académica polivalente	4,4
Exigência de formação académica não específica	4,4
Total	100
n = 75	

É reconhecida, ainda que por motivos diferenciados, a utilidade da formação académica, particularmente pela mobilização de conhecimentos técnicos e competências relacionais e estratégicas, bem como pelo facto de os licenciados a considerarem uma condição necessária e muito adequada ao desempenho da função atual.

¹³ Em 1998, 22,5% dos diplomados trabalhavam em organizações com 500 e mais trabalhadores, valor que decresceu ligeiramente em 2001 para 21,4% (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004).

2.2. O acesso ao primeiro emprego: ritmos, modos e obstáculos de transição

Trataremos neste ponto do primeiro emprego detido pelos licenciados, diferenciando aqueles que já se encontravam no mercado de trabalho antes da conclusão da licenciatura, os rotulados trabalhadores-estudantes, dos restantes estudantes, alguns dos quais na condição de estudantes-trabalhadores.

A observação das atividades laborais dos estudantes durante a frequência do seu curso parte de uma evidência empírica já levantada por ocasião dos estudos anteriores (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) de que existe ao longo do tempo um número crescente de estudantes-trabalhadores, bem como demonstra que aquelas atividades profissionais constituem um de entre outros fatores de influência na trajetória profissional após a obtenção do diploma. Nesta sequência, o estudo de 1998 indiciava que a “experiência profissional” permite um acesso mais rápido a um emprego regular e estável, a uma remuneração salarial mais elevada e à obtenção de uma posição profissional mais prestigiada socialmente (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001). Desta forma importa reter esta dimensão de análise quando se aborda a transição ao trabalho por parte dos jovens, designadamente quando se procura delinear os ritmos e os modos da inserção profissional. A observação do quadro 7 mostra que uma grande parte dos respondentes assumia em exclusividade o papel de estudantes universitários apesar de ser considerável o exercício de atividades ocasionais, bem como da dedicação a uma atividade regular durante o curso. Este enquadramento remete-nos para dois segmentos de população diferenciada face ao trabalho. Vejamos cada um deles.

Quadro 7 – Situação no decurso da licenciatura (%)

Só estudava	46,5
Estudava e executava trabalhos ocasionais (“biscates”)	35,6
Estudava e exercia uma atividade profissional regular	17,8
Total	100,0
n = 101	

Quadro 8 – Situação Profissional dos estudantes que exerciam atividade profissional no decurso da licenciatura (%)

Situação na profissão	
Trabalhador independente	16,7
Trabalhador por conta de outrem	83,3
Total	100,0
n = 18	
Profissão principal	
Professor do Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário	11,8
Assistente Social	5,9
Técnico de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica	5,9

Técnico Profissional-Administração Pública	5,9
Agente da Polícia Judiciária	5,9
Escriturário, em Geral	11,8
Controlador-Indústria Hoteleira	5,9
Animador Cultural	5,9
Educador social	5,9
Outros Vendedores e Demonstradores	5,9
Canalizadores	5,9
Contínuo (Auxiliar de Apoio Administrativo)	5,9
Outros Porteiros, Guardas e Trabalhadores Similares	5,9
Oficiais, Militares e Trabalhadores do Exército	5,9
Indefinido	5,9
Total	100,0
Não resposta	5,5
n = 17	
Tipo de organização	
Empresa Privada	22,2
Empresa Pública	11,1
Órgão de Administração Pública Central e Regional	27,8
Órgão de Administração Pública Local	11,1
Fundação	5,6
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	22,2
Total	100,0
n = 18	
Vínculo Contratual	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	38,9
Contrato a termo certo	44,4
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	11,1
Sem contrato	5,6
Total	100,0
n = 18	

Os inquiridos que exerceram uma profissão regular no decurso dos dois últimos anos do curso integram-se na categoria jurídico-administrativa dos trabalhadores-estudantes. De uma forma geral a sua entrada no mercado de trabalho foi anterior ao ingresso no curso de sociologia e subsequentemente é a partir daí plausível deduzir que a procura deste estivesse relacionada com a aspiração da posse de um diploma académico de nível universitário, potenciador de uma progressão profissional ou até de uma mudança para outra profissão. Tal como já fora exposto noutra artigo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001), esta procura associa-se a estratégias, nem sempre bem sucedidas, de reclassificação socioprofissional, acalentando um movimento de mobilidade social intrageracional. Este

segmento de licenciados que apresentava uma presença regular no mercado de trabalho antes da frequência da licenciatura, detém propriedades sociais específicas que os singularizam face aos que desempenhavam atividades ocasionais. São maioritariamente assalariados que exercem atividade no setor público e em empresas privadas (quadro 8), desempenhando profissões diversas, entre as quais se destaca a docência no Ensino Básico e Secundário ou nos Serviços Administrativos. Distribuem-se entre o contrato a termo certo e uma situação contratual estabilizada¹⁴. No entanto e em comparação com o que verificávamos nos estudos anteriores (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) observa-se um decréscimo temporal entre os trabalhadores-estudantes a exercerem a sua atividade profissional em situação contratual estabilizada. Se em 1998 a estabilidade contratual caracterizava o vínculo laboral de cerca de 49% dos respondentes, em 2006 essa relação caracterizava apenas cerca de 39% dos inquiridos. Como demonstra o quadro 9, a maioria dos licenciados que tiveram trabalhos ocasionais, realizaram tarefas de apoio à investigação, entre as quais sobressaem atividades de aplicação de inquéritos e realização de entrevistas, transcrição de entrevistas e inserção de dados em suporte informático. Seguem-se as atividades de animação sócio-cultural, com a dinamização de atividades desportivas, culturais e recreativas que totalizam cerca de 9% destes inquiridos. Estas atividades mobilizam saberes e capacidades adquiridos no decorrer da licenciatura em sociologia, o que já não se verifica para as atividades de prestação de serviços no comércio, restauração e tarefas administrativas, as quais, apesar de serem relevantes entre os estudantes-trabalhadores, se encontram distanciadas da natureza e conteúdos da formação escolar frequentada. A irregularidade destas atividades dificilmente poderá estar associada a uma forma de autofinanciamento total da licenciatura. De qualquer modo e tal como já foi expresso nos dois artigos anteriores, o crescimento da dedicação a atividades ocasionais durante a licenciatura poderá ser um aspeto a considerar dada a sua evolução crescente e a possibilidade de contribuir, ainda que ocasionalmente, para o financiamento daquela. Ademais, poderá ser um sinal da quantidade da oferta desses trabalhos pontuais, da própria disponibilidade dos então alunos para os aceitar, e espelhar ainda a natureza das redes sociais subjacentes a esses recrutamentos. Um indicativo importante da densidade e funcionalidade das redes sociais torna-se perceptível se tomarmos em consideração os meios acionados para a obtenção dos trabalhos ocasionais.

Quadro 9 – Tipo de atividades ocasionais e meios de acesso (%)

Principais atividades ocasionais	
Aplicação de inquéritos/entrevistas	38,9
Serviços Administrativos, de restauração e de comércio	25
Apoio à investigação	13,9
Atividades pedagógicas	8,4

¹⁴ O peso dos trabalhadores-estudantes com contrato precário aumenta significativamente em 2006. Observamos que essa era a situação contratual para 44,4% dos mesmos, enquanto que em 1998 verificávamos que apenas 17% deste segmento de inquiridos detinha um contrato a termo certo, e em 2001 este grupo representava 11% dos respondentes.

Transcrição de entrevistas/textos	5,5
Estudos de mercado	2,8
Hospedeira	2,8
Apoio em organização de eventos	2,8
Total	100,0
n = 36	
Meios sociais de acesso às atividades ocasionais	
Autoproposta	5,7
Resposta a anúncios	20,0
Através de conhecimentos de familiares e amigos	14,3
Através de colegas da universidade ou do curso	17,1
Pedido direto a empresas ou outras organizações	5,7
Por intermédio dos docentes do curso	28,6
Outro meio	8,6
Total	100,0
Não resposta	2,8
n = 35	

Destacam-se os inquiridos que acederam a essas atividades por meio dos docentes do curso (28,6%) e dos colegas da universidade ou do curso (14,3%). Não obstante, importa sublinhar a redução para perto de metade nos valores apresentados por estes meios face aos dois estudos anteriores. Trata-se de um aspeto que demonstra uma diluição da densidade das redes sociais informais desenvolvidas e geridas no interior da própria faculdade ou então, e dada a dificuldade de inserção após a obtenção do diploma, o redireccionamento de uma bolsa de emprego (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001), prioritariamente para aqueles que concluíram a licenciatura, permitindo assim compensar o desemprego de inserção. A prática dos docentes em solicitar a colaboração dos estudantes para o desempenho de tarefas específicas e pontuais no âmbito dos seus projetos de investigação é comum no sistema universitário português (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004); no entanto, parece possível e plausível levantar a hipótese de que, face ao contexto económico vivenciado atualmente, diante da falta endémica de emprego e da crescente flexibilização do trabalho, a procura para o exercício de tarefas ocasionais na investigação se direcione para aqueles que, já diplomados, se encontram sujeitos a dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Verificada esta premissa, tal indicaria a crescente dificuldade enfrentada pelos estudantes em encontrar trabalhos ocasionais coincidentes com o seu percurso de formação, invalidando a aquisição de uma experiência profissional qualificante, e não contribuindo assim para facilitar a obtenção do primeiro emprego.

Dos cinquenta licenciados que manifestam sentir dificuldades de acesso ao primeiro emprego (quadro 10), observamos que, tal como no estudo anterior (2004), ganham expressão, por um lado os que se ligam ao dinamismo do mercado de trabalho, revelados principalmente em contexto de decréscimo de emprego – “fraca oferta de empregos para licenciados da sua área” – e, por outro, aqueles que referem a ausência

de atributos valorizados para uma inserção bem sucedida no mercado de trabalho – “falta de experiência profissional”-, bem como aqueles que referem aspetos relativos ao dinamismo organizacional pelo “desinteresse dos empregadores pelos licenciados da área”. Ao contrário do que sucedera com os estudos realizados em 1998 e 2001 (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004) nos quais as dificuldades sentidas pelos diplomados exprimiam sobremaneira esta última dimensão, os inquiridos deste estudo apontam, como principais obstáculos de acesso ao primeiro emprego, dois tipos de motivos: um de carácter mais estrutural associado ao fraco dinamismo económico da sociedade portuguesa, e outro relacionado com apreciações individuais, nomeadamente a ausência de experiência profissional sentida pelos diplomados.

Quadro 10 – Dificuldades de acesso ao primeiro emprego (%)

Falta de experiência profissional	30,0
Excesso de licenciados na sua área científica de formação	2,0
Desinteresse dos empregadores pelos licenciados da área	28,0
Fraca oferta de empregos para licenciados na sua área	38,0
Outra dificuldade	2,0
Total	100,0
n = 50	

Assim, ao contrário da postura verificada pelos diplomados nos estudos anteriores, a atitude dos atuais respondentes já não salienta exclusivamente concepções de desemprego entendidas pela debilidade macroeconómica e pelo funcionamento organizacional ligado à própria gestão dos recursos humanos, passando a privilegiar questões de foro individual subjacentes à categoria “falta de experiência profissional”¹⁵. O fomento das práticas de formação para os jovens na procura ativa de emprego e na gestão das carreiras empreendidas pelas próprias Universidades e organizações contíguas poderão constituir um dos fatores que explicam posturas mais individualizantes face à concepção de desemprego.

A mudança nas representações expressa, sem dúvida alguma, as transformações económicas que paulatinamente afetaram o funcionamento social nas últimas décadas. Assiste-se a mutações que alteraram os sentidos da esfera laboral: a desregulamentação dos mercados globais a par da concomitante competitividade entre empresas, a desregulamentação, formal e informal, do mercado de trabalho e a segmentação do mesmo, a expansão do desemprego e as várias formas de flexibilização do emprego, são aspetos que têm conduzido a uma crescente complexificação nos processos de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004). Com efeito, a partir dos anos 70 do século XX, deparamo-nos com uma pluralidade de processos de entrada na vida ativa, de natureza não linear (Pais, 1999), sobressaindo

¹⁵ Lembramos os valores do estudo publicado em 2001 para o indicador em causa e que traduzem a inversão de sentido atribuída à concepção de desemprego supracitada: “Desinteresse dos responsáveis das organizações pelas atividades dos licenciados em Sociologia”, apontado por 43,2% dos inquiridos, enquanto que a “Falta de experiência profissional” traduzia uma proporção de 28,4% dos respondentes (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001: 48).

as situações atípicas marcadas pela precariedade do vínculo jurídico bem como pelos percursos profissionais entrecortados por períodos de emprego, formação, desemprego e inatividade, resultante do desemprego crescente e dos múltiplos tipos de desadequação entre formação escolar e tarefas laborais. Em suma, vários estudos no contexto europeu apontam o movimento destas mudanças que exprimem a rutura no paradigma de emprego seguro e para toda a vida, característico dos anos 60 do século XX, dando mote a Beck (1998) que fala sobre sociedades de risco ou Sennett (2001) em corrosão do caráter.

Um dos principais indicadores sobre o acesso ao mercado de trabalho materializa-se no tempo de espera para a obtenção do primeiro emprego regular, o que Alaluf *et al.* (1987 *in* Gonçalves; Parente; Veloso, 2001) denominam de velocidade de inserção e que exprime as dificuldades da passagem à vida ativa. Alguns estudos nacionais¹⁶ revelam a existência de cursos caracterizados por uma maior velocidade de inserção no mercado de trabalho, o que indica um mais elevado potencial de empregabilidade. No projeto de investigação mais amplo sobre a Precariedade Profissional dos diplomados da Universidade do Porto em Ciências Sociais, Humanidades e Administração e alternativas de inserção futura (Parente, Veloso, 2010), que sustenta o levantamento empírico do estudo agora apresentado, destacam-se a este propósito aspetos que importam revelar. Ai se verificou que os cursos de gestão e de economia são os menos afetados pela precariedade ao longo das suas trajetórias profissionais e que é o género feminino o mais penalizado (Parente e Veloso, 2009).

Importa agora ter em consideração o modo como o tempo de acesso ao emprego se diferenciou entre 1997 e 2004, subdividido em dois arcos temporais.

Quadro 11 – Tempo de espera até ao primeiro emprego por anos letivos de conclusão da licenciatura (%)

	Entre 1997 e 2000	Entre 2001 e 2004
Começou logo a trabalhar (0 meses)	9,1	12,8
1 a 3 meses	48,5	19,1
4 a 6 meses	21,2	25,5
7 a 9 meses	12,1	12,8
10 a 12 meses	-	12,8
13 a 15 meses	3,0	4,3
16 e mais meses	6,1	12,8
Total	100,0 n = 33	100,0 n = 47

Na relação entre o tempo de espera até ao primeiro emprego regular e os anos de conclusão do curso subsistem alguns aspetos de especial relevo. É entre os alunos licenciados entre 2001 e 2004 que se verifica a maior percentagem dos que obtiveram o acesso a um emprego imediatamente após a titulação académica. Todavia, estes valores merecem uma interpretação mais cuidada, uma vez que esse mesmo período conta com

¹⁶ Arroteia e Martins, 1998; ODES, 2001; Marques, 2003; Alves, 2008.

um maior número de trabalhadores-estudantes diplomados face ao período de 1997 e 2000 (19,4% e 16,7%, respetivamente), e que, vendo o seu percurso académico finalizado, se mantiveram a trabalhar na mesma empresa/organização. Por seu turno, encontramos uma situação inversa quanto ao desemprego de longa duração (DLD). A proporção de licenciados nessa situação aumenta muitíssimo do período de 1997 e 2000 até ao homólogo entre 2001 e 2004, passando de 9,1% no primeiro segmento temporal, para 17,1% no segundo. Neste último período, verifica-se mesmo uma duplicação daqueles que vivenciaram uma situação de desemprego igual ou superior a 16 meses, sinal de uma exclusão do mercado de trabalho qualificado. Com efeito, atendendo à distribuição genérica dos valores do período temporal mais recente, verificamos que os tempos de inserção na vida ativa são aí mais distendidos, assistindo-se a um alongamento do período de transição ao mercado de trabalho por parte dos licenciados. Tal tendência ajusta-se aos padrões de evolução da taxa de desemprego em Portugal, demonstrada pelo estado da conjuntura económica durante estes dois períodos: vejamos que durante o primeiro período a taxa de desemprego global variou respetivamente entre os 5% e os 3,9% enquanto no segundo entre 4,1% e os 6,7%. Mais interessantes são os dados relativos a taxa de desemprego nas camadas mais jovens (15-24 anos) que diminui de 1998 a 2000 cerca de 1,8%, tendo voltado a aumentar entre 2001 e 2004 para 5,9%¹⁷. Em todo o caso, resultados mais recentes obtidos em 2008 sobre sociólogos desempregados vêm demonstrar que o desemprego atinge tanto aqueles que estão à procura de um primeiro emprego, como toca diretamente os que já se encontram inseridos no mercado de trabalho (Baptista; Machado, 2008). Tal facto traduz que o desemprego de inserção é uma característica constante do percurso profissional desta atividade.

Nas duas últimas décadas, a Europa tem vindo a conhecer uma expansão do desemprego, acompanhada pelo crescimento do desemprego juvenil e pelo contínuo alongamento do tempo de espera para aceder ao primeiro emprego. O primeiro emprego consubstancia assim um momento de particular significado na transição ao trabalho. Assiste-se ao corte com o estatuto de estudante enquanto posição predominante e a um reposicionamento em termos de reconhecimento social. Para se compreender aquele acesso é importante dar conta dos meios que foram acionados pelos próprios licenciados.

Face a este indicador observamos que os inquiridos se dividem em dois grupos quanto aos meios utilizados (quadro 12): os que acionam redes formais (35,3%) e os que mobilizam redes de natureza informal (56,9%). Com menor expressividade que as anteriores presencia-se também a existência de práticas de autoproposta e de criação do próprio emprego/empresa.

Quadro 12 – Meios de acesso ao primeiro emprego (%)

Autoproposta	3,9
Por anúncio ou concurso público	13,7
Centro de Emprego	7,8
Unidade de inserção na vida ativa (UNIVA)	2,0
Familiares ou amigos	13,7

¹⁷ Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Colegas da licenciatura	11,8
Um professor da Faculdade que frequentou	31,4
Instituições de formação profissional	2,0
Na sequência de um estágio profissional	9,8
Criou uma empresa	3,9
Total n = 51	100,0

As redes de relações sociais informais detêm um importante papel no acesso ao emprego, facto que os valores apresentados no quadro 12 expressam quando se verifica que 56,9% dos licenciados mobilizam este recurso. Esse é um aspeto indicativo do acionamento das redes de interconhecimento através da posse de capital social, às quais se acrescenta a pertinência o papel dos contactos esporádicos no acesso ao emprego, ao invés do que atrás mencionámos para o emprego atual (Granovetter, 1983). Ao contrário nos dois estudos anteriores observámos, no período de acesso ao primeiro emprego, a inversão da posição modal, que destacava sobretudo o acionamento dos meios formais em benefício de um substancial acréscimo dos meios informais, tal como referimos linhas acima. Como também já tivemos oportunidade de salientar, esta predominância das redes sociais não se verifica para o acesso ao emprego que os respondentes ocupavam à data da aplicação do inquérito, predominando as vias formais. O primeiro emprego ao constituir-se como o momento da trajetória profissional mais próximo da trajetória académica é, por isso mesmo, mais mobilizador também das redes sociais aí constituídas. Neste sentido, quanto mais tempo passar da saída da formação académica, menor será a ligação com as redes adquiridas durante aquele período. Por sua vez, estas serão mobilizadas por aqueles que a frequentaram mais recentemente. Trata-se de uma questão de proximidade e de visibilidade no campo académico.

2.3. O primeiro emprego: breve caracterização da situação socioprofissional

No primeiro emprego detido, a maioria dos inquiridos em análise integra-se em dois grupos: os assalariados e os trabalhadores independentes. Caracterizam-se em termos modais por ocuparem o grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, sendo que 60 % se rotulavam como sociólogos. Globalmente encontram-se numa posição de precariedade laboral (96,7%). A análise que a seguir propomos acerca do primeiro emprego detido pelos licenciados em análise, incide sobre um número mais restrito de inquiridos. Deste modo, na temática do primeiro emprego trabalha-se com uma subpopulação de 51 indivíduos que transitaram até à atualidade, pelo menos, entre dois empregos. Os indivíduos que se mantiveram empregados no mesmo emprego desde a sua entrada no mercado de trabalho até à atualidade foram considerados apenas na caracterização do emprego atual.

Constata-se que as situações de bolseiro e estagiário são significativas (21,6%) e constituem uma das respostas possíveis face ao processo estrutural de redução do emprego.

Quadro 13 – Situação perante o trabalho, profissão, posição hierárquica e vínculo contratual do primeiro emprego (%)

Situação na profissão	
Trabalhador por conta própria com empregados	2,0
Trabalhador por conta própria sem empregados	2,0
Trabalhador independente	37,2
Trabalhador por conta de outrem	37,2
Bolseiro(a) (investigação, mestrado, doutoramento)	9,8
Estágio	11,8
Total	100,0
n = 51	
Profissão (CNP 2 dígitos -1994)	
Diretores de Empresa	10,0
Diretores e Gerentes de Pequenas Empresas	2,0
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	12,0
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	68,0
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	2,0
Empregados de Escritório	2,0
Manequins, Vendedores e Demonstradores	4,0
Total	100,0
Não resposta	2,0
n = 50	
Vínculo Contratual	
Contrato a tempo indeterminado/Efetivo	7,8
Contrato a termo certo	19,6
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	39,2
Sem contrato	7,8
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento)	9,8
Outra situação	3,9
Estágio	11,8
Total	100
n = 51	

Igualmente revelador é o facto do assalariamento se equiparar ao número daqueles que exercem a sua profissão como trabalhadores independentes, todavia em situação de assalariamento oculto. Esta particularidade é um aspeto já recorrente nos dois estudos anteriores. Neste estudo verificamos um assalariamento oculto de 31,6%. A precariedade laboral¹⁸ é uma característica marcante do primeiro emprego dos licenciados em sociologia atingindo 88,2% dos indivíduos e revela semelhanças, porém com tendência

¹⁸ Por precariedade laboral devem entender-se os seguintes vínculos contratuais: contrato a termo certo, contrato de prestação de serviços / recibos verdes, sem contrato, bolsa (investigação, mestrado, doutoramento) e estágio.

para agravamento, face aos dados levantados pelos dois estudos anteriores: 76,5% de indivíduos em 2001 e 83,9% em 2004. Outros estudos (Sousa, 2003; Alves, 2005 e Alves, 2008), corroboram esta característica penalizante do emprego dos jovens, evidenciando-se, em particular para os diplomados, um início de atividade profissional marcado pela insegurança e forte incerteza face ao futuro.

Perante estes dados parece-nos pertinente, no âmbito dos objetivos a que o Observatório pretende responder, isolar para análise os respondentes com uma situação contratual precária (quadro 14). Observando os 45 licenciados que vivenciaram precariedade contratual, conclui-se que predominam os especialistas das profissões intelectuais e científicas a trabalharem na Administração Pública, o que sustenta a continuidade do papel indutor e normalizador de precariedade laboral que o Estado tem vindo a desempenhar na sociedade portuguesa (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004).

Quadro 14 – Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no primeiro emprego (%)

Profissão	
Diretores de empresa	11,1
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissionais Similares	13,3
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	68,9
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	2,2
Empregados de escritório	2,2
Manequins, vendedores e demonstradores	2,2
Total	100
n = 45	
Tipo de organização	
Empresa Privada	20
Empresa Pública	2,2
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	2,2
Órgão de Administração Pública Central e Regional	26,7
Órgão de Administração Pública Local	15,6
Instituto Público	6,7
Instituições Privadas de Solidariedade Social	8,9
Fundação	4,4
Cooperativa	2,2
Associação de Desenvolvimento	6,7
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	4,4
Total	100
n = 45	

As instituições de Administração Pública Central, Regional e Local são aquelas que apresentam um maior peso relativo de inquiridos em situação de instabilidade contratual (42,3%), revelando uma degradação das práticas de gestão de recursos humanos quando

confrontamos estes valores com os do primeiro estudo¹⁹. Salienta-se igualmente o papel da precariedade induzido pela Administração Pública, a saber 42,3%, enquanto no Terceiro Setor a precariedade se situa nos 26,6%, seguidos por 20% do Setor Privado.

Quadro 15 – Setor de atividade, tipo e dimensão das organizações do primeiro emprego (%)

Setor de Atividade - 1º emprego	
Indústria transformadora	3,9
Construção e obras públicas	2,0
Comércio	3,9
Hotelaria e restauração	2,0
Transportes, armazenagem e comunicações	2,0
Atividades financeiras, bancos e seguros	2,0
Serviços às empresas	7,8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3,9
Ensino - Formação e Investigação	43,1
Ação social	23,5
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	5,9
Total	100,0
n = 51	
Tipo de organização - 1º emprego	
Empresa Privada	29,4
Empresa Pública	2,0
Empresa Mista (capitais públicos e privados)	2,0
Órgão de Administração Pública Central e Regional	23,5
Órgão de Administração Pública Local	13,7
Instituto Público	5,7
Instituição Particular de Solidariedade Social	7,8
Fundação	3,9
Cooperativa	2,0
Associação de Desenvolvimento	5,9
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	3,9
Total	100,0
n = 51	
Dimensão da organização	
De 1 a 5 trabalhadores	10,6
De 6 a 10 trabalhadores	8,5
De 11 a 100 trabalhadores	40,4
De 101 a 500 trabalhadores	23,4

¹⁹ Vejamos que no primeiro estudo realizado em 1998, 10,6% dos contratos a termo certo incidiam sobre diplomados que exerciam funções na Administração Central, perdurando uma inexistência de licenciados nesta situação na Administração Regional.

Mais de 500 trabalhadores	17,0
Total	100,0
n = 47	

A análise do quadro 15 traça o perfil das organizações que os sociólogos integram na circunstância do seu primeiro emprego. O ensino/investigação e a ação social emergem como os setores mais representativos de uma atividade exercida em empresas privadas, na Administração Pública central e regional e, com menor expressividade, na local. Deste modo aponta-se que embora subsista diversidade é forte o papel do Estado como empregador dos sociólogos (42,9%). Constatam-se igualmente a diminuição de indivíduos a trabalhar em pequenas e médias empresas, com valores elevados em 1998 e 2003, 76,2% e 74,3% respetivamente (Gonçalves, Parente; Veloso, 2001:57; 2004:279). No atual levantamento de dados os valores mais expressivos oscilam entre as pequenas e médias empresas (40,4%) e as organizações com mais de 100 trabalhadores (40,4%).

Passemos agora à avaliação que os respondentes fazem da utilidade da sua formação académica em sociologia e da função que desempenharam no âmbito do seu primeiro emprego. Tomar esta relação pela perspetiva dos próprios diplomados permite-nos aferir as representações e expectativas sociais face à sua vivência profissional. Como fora afirmado em artigo anterior (2001), estas avaliações são diretamente modeladas por dois fatores de ordem diferente, não obstante complementares entre si: o modo como os licenciados se identificam com a sociologia e o perfil-tipo ideal de atividade de sociólogo tido como referência de identificação.

A observação do Quadro 16 permite-nos afirmar que uma expressiva maioria declara que a licenciatura nesta área consubstanciou uma condição necessária no acesso ao primeiro emprego, o que remete tanto para a natureza específica da formação, como reforça o facto de grande parte dos respondentes não conhecerem situações de desclassificação laboral, e se identificarem como sociólogos. Com efeito, recordando o quadro 13, observa-se que 68,9% dos respondentes exerciam atividades em profissões intelectuais e científicas, o que comprova existir, para uma parte substancial destes licenciados, uma adequação entre a profissão e a formação universitária.

Quadro 16 – Utilidade da licenciatura no acesso ao primeiro emprego (%)

Condição obrigatória	65,0
Devido aos conhecimentos/competências obtidas na licenciatura	15,0
Condição preferencial	10,0
Conferiu maior garantia de qualidade/credibilidade	10,0
Total	100,0

2.4. Mobilidades profissionais e desemprego

Observadas as situações profissionais dos licenciados à data da aplicação do inquérito (2006) e no seu primeiro emprego, dedicamos este ponto a uma análise dos

fluxos de mobilidade profissional que existiram entre os momentos da transição ao trabalho em estudo, incluindo também dados relativos ao desemprego. Tal como foi fundamentado no primeiro artigo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001) esta análise permite dar conta do conceito de trajetória profissional. Importa referir que esta definição conceptual consubstancia uma característica do Observatório, em que as variáveis apontadas já indicavam a possibilidade de ultrapassar uma abordagem unicamente estruturada na entrada na vida ativa, procurando assim a articulação das estruturas com a ação dos sujeitos numa perspetiva diacrónica (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001).

Verifica-se que a maioria dos nossos respondentes (50%) teve, à data da aplicação do inquérito, dois ou mais empregos (quadro 17). No entanto, se a maioria vivenciou um processo de mudança, o mesmo não aconteceu para 27% dos respondentes, que só teve um emprego.

Quadro 17 – Número de empregos à data da aplicação do inquérito (%)

0 empregos	5,0
1 emprego	27,0
2 empregos	25,0
3 empregos	13,0
4 empregos	9,0
5 e mais empregos	3,0
Trabalhador-estudante com o mesmo emprego	13,0
Total	100,0
Não resposta	1,0
n = 100	

Se tivermos em conta a distribuição da rotatividade no mercado de trabalho pelos anos de conclusão da licenciatura, verificamos a mesma falta de linearidade que já fora possível identificar nos estudos anteriores. Note-se que seria previsível que fosse o conjunto dos licenciados diplomados entre os anos de 1997 a 2000 a demonstrar o peso mais elevado (64,1%) daqueles que vivenciaram duas ou mais mudanças de emprego. No entanto, não obstante os diplomados entre 2001 e 2004 serem o grupo onde se interpreta a maior parcela daqueles que nunca protagonizaram um processo de mobilidade (31,1%), verifica-se que tal não corresponde necessariamente a trajetórias mais estabilizadas neste período de tempo. Assim, 66,7% dos diplomados no ano de 2002 conheceram dois ou mais processos de rotatividade de emprego. O mesmo sucede a uma significativa parcela de 35,2% dos respondentes que se diplomaram no ano de 2003.

Uma hipótese mais clarificadora para a reflexão sobre a mobilidade de empregos dos licenciados, nomeadamente da sua correlação com a precariedade laboral, encontra-se sintetizada no quadro 18 que permite uma leitura do motivo de abandono do primeiro emprego. Verifica-se assim que a forma de abandono mais relevante é a cessação de contrato (61%), a termo certo ou de prestação de serviços. Ao contrário do que sucedera nos estudos anteriores, a opção voluntária pela rescisão de contrato é agora bastante reduzida, representando apenas 21% no peso total dos inquiridos, parcela esta, tal

como referíamos, bastante menos expressiva²⁰. Esta diferença testemunha o facto de estarmos perante uma conjuntura laboral insegura, desfavorável e precária que retirou a margem de liberdade aos diplomados na escolha do seu emprego.

Quadro 18 – Formas de abandono do primeiro emprego (%)

Cessação do contrato de prestação de serviços	33,0
Despedimento individual por iniciativa do empregador	5,0
Rescisão contratual por mútuo acordo	12,0
Falência da empresa	2,0
Despedimento individual por iniciativa própria	21,0
Cessação do contrato a termo certo	28,0
Total	100,0
Não resposta	16,0
n = 43	

Todavia, verifica-se que, entre o primeiro emprego regular dos licenciados e o emprego à data da aplicação do inquérito, se assiste a um acréscimo relativo da segurança laboral (quadro 19).

Quadro 19 – Natureza do vínculo contratual para o primeiro emprego e no emprego à data do inquérito (%)

	Primeiro Emprego	Emprego Atual
Contrato a tempo indeterminado/efetivo	7,8	34,9
Contrato a termo certo	19,6	30,1
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	39,2	19,3
Sem contrato	7,8	1,2
Bolsa (investigação, mestrado, doutoramento, etc.)	9,8	8,4
Estágio	11,8	6,4
Outra situação	3,9	-
Total	100	100
	n=51	n=83

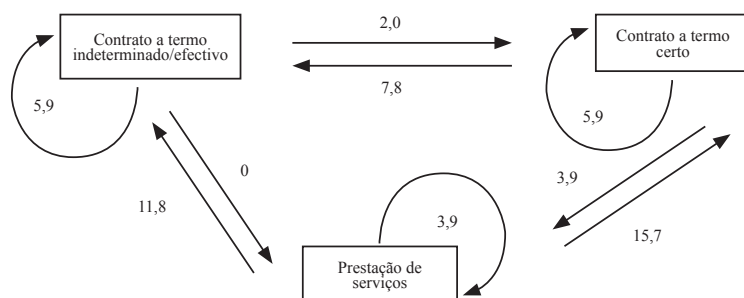
Se no primeiro emprego, a precariedade é a condição que se aplica à maioria dos inquiridos, a situação no emprego atual, por seu lado, consubstancia uma inclinação no sentido de estabilização da vivência laboral. Esta tendência geral tem sido verificada igualmente nos estudos anteriores, o que poderá permitir aferir uma regularidade nas trajetórias profissionais no sentido de uma melhoria relativa da qualidade do emprego

²⁰ No primeiro estudo verificou-se que 59,7% dos licenciados em sociologia entre 1988/89 e 1996/97 tinha rescindido o contrato por iniciativa própria na altura do primeiro emprego. Um peso substancialmente idêntico (57,1%) fê-lo na sequência do segundo emprego. Observando os diplomados entre os anos letivos de 1997/98 e 2001/02, verificam-se de igual modo valores significativos para as formas de abandono em ambas as situações de emprego: o primeiro e o emprego à altura de aplicação do inquérito com 67,9% e 42,9% respetivamente.

articulado ao tempo de permanência no mercado do trabalho. A propensão para a estabilização do vínculo contratual associada ao tempo de permanência no emprego, explicará, em época de recessão do emprego, a não opção dos licenciados abandonarem os empregos por iniciativa própria. Uma análise mais fina dos diversos fluxos de mobilidade contratual (gráfico 1) evidencia que o percurso mais representativo se encontra na passagem da prestação de serviços para a do contrato a termo certo (15,7%).

Esta situação indica que a transição do primeiro emprego para o atual funcionou provavelmente como um tempo de espera de uma situação de assalariamento oculto para uma situação laboral, que apesar de precária, representa uma maior estabilidade contratual ao estar afeta a um contrato a termo certo. Já foi possível traçar algumas características estruturais do mercado de trabalho que propiciam esses tipos de percurso e que colocam a prestação de serviços como uma das principais formas de transição ao trabalho por parte dos licenciados.

Gráfico 1 – Mobilidade contratual (%)



Igualmente naqueles que transitaram do contrato a termo certo (7,8%) e do regime de prestação de serviços (11,8%) para o de contrato efetivo assiste-se a uma melhoria explícita da situação laboral.

Ao comparar estes movimentos de mobilidade contratual com os verificados nos dois estudos anteriores, destaca-se a fraca representatividade das trajetórias de mobilidade descendente²¹, sendo que a parcela mais expressiva dos licenciados que vivenciaram uma degradação da situação laboral (3,9%) passou de um contrato a termo certo, no primeiro emprego, para um regime de prestação de serviços, no emprego à data da aplicação do inquérito. A parcela maioritária dos nossos respondentes viu-se transferida de um vínculo de maior precariedade contratual para outro de menor ou mesmo ausência da mesma.

A leitura do quadro 20 demonstra que uma significativa maioria de licenciados inquiridos (61,9%) vivenciaram pelo menos uma situação de desemprego com destaque para o facto de 45,2% terem estado apenas uma vez desempregados.

²¹ No estudo publicado em 2001, 7% dos respondentes com um contrato a termo certo no primeiro emprego trabalhavam à data da aplicação do inquérito em regime de prestação de serviços. E 4,2% dos respondentes que possuíam um vínculo permanente no primeiro emprego trabalhavam sob um contrato a termo certo por altura da inquirição. Em 2004, os dados homólogos são ainda mais incidentes: 17,9% passam do contrato a termo certo para o regime de prestação de serviços, 12,8% do contrato sem termo para o contrato a termo certo e 7,7% vivenciam o percurso socialmente mais gravoso em termos de precariedade e que consubstancia a passagem do contrato sem termo para o regime da prestação de serviços.

Quadro 20 – Número de vezes que esteve no desemprego (%)

Nenhuma	38,1
Uma vez	45,2
Duas vezes	11,9
Três vezes ou mais	4,8
Total n = 42	100,0

Este cenário reflete tanto a vulnerabilidade laboral dos inquiridos como também denota uma tendência cada vez mais comum, a saber, a rotatividade entre emprego e desemprego. Deste modo, assistimos a fortes processos de mobilidade entre diferentes empregos, intermediados por períodos de desemprego ou de prossecução de formação, académica e/ou profissional.

2.5. Pertenças sociais e profissionais

Após termos abordado os principais indicadores sobre o primeiro emprego à data da aplicação do inquérito e imediatamente após o acesso ao mercado de trabalho, iremos focar-nos agora na caracterização social dos inquiridos e respetivos agregados familiares. Em termos de caracterização dos respondentes, constata-se que 76,2% dos inquiridos são do sexo feminino e 23,8% do sexo masculino, característica de género que vem corroborar a forte tendência de feminização da sociologia feminina identificada noutros estudos (Baptista; Machado, 2010). A idade média dos diplomados à data da aplicação do inquérito era de 31 anos, sendo a grande maioria solteira (52,5%), natural e residente na área do Grande Porto.

A análise da categoria socioprofissional dos inquiridos demonstra a importância dos profissionais técnicos e de enquadramento, seguida dos empresários, dirigentes e profissionais liberais que absorve, na atualidade, uma maior proporção de inquiridos do que a observada em 2001 então com 11,9%. Sublinhando o peso expressivo de licenciados integrados nestas duas categorias, apenas uma parcela reduzida dos mesmos ocupa categorias genericamente providas de recursos económicos e organizacionais mais baixos tendo em conta os acima mencionados.

Quadro 21 – Categoria socioprofissional atual dos inquiridos (%)

Empresários, dirigentes e profissionais liberais	29,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	59,2
Empregados de executantes	7,1
Operários	1,0
Assalariados executantes pluriactivos	3,1
Total	100,0
n = 98	

Se tomarmos em consideração como unidade de análise o grupo doméstico atual (Quadro 22), observamos o mesmo perfil de categorias socioprofissionais referido para os inquiridos. Estes resultados reforçam o que já foi avançado nos estudos anteriores: o avanço da “nova classe média” que, desde os anos 80 do século XX, se manifesta por um substancial movimento de recomposição social, relacionado com o acréscimo dos níveis de escolarização, principalmente a universitária, e que se repercute num aumento das profissões científicas e técnicas nas organizações, à escala de um processo mais geral de modernização do sistema económico e de reconfiguração do Estado Providência (Viegas; Costa, 1998). O Quadro 23 demonstra os fluxos de mobilidade social entre os indicadores socioprofissionais dos agregados domésticos atuais e os de origem. Por um lado, é notória a existência, em termos quantitativos, de situações de reprodução intergeracional de lugares de classes, designadamente no que toca a empresários, dirigentes e profissionais liberais (30,8%) e os profissionais técnicos e de enquadramento (40,4%), com uma taxa de autorrecrutamento mais significativo nos segundos, ao contrário do que se verificava num estudo anterior (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001) cuja taxa de recrutamento era mais significativa no caso dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (50%). Refere-se novamente que estes traços de reprodutibilidade constituem um traço caracterizador do perfil da composição classista dos estudantes universitários portugueses. Por outro lado, os empresários, dirigentes e profissionais liberais, e os profissionais técnicos e de enquadramento são grupos cujas trajetórias sociais demonstram significativos fluxos de mobilidade ascendente (19,2% respetivamente) que, contradizendo a tendência de seletividade social, em estrito senso, ocorrida no sistema universitário, indicam movimentos de recomposição social que vêm ocorrendo na população estudantil.

Quadro 22 – Mobilidade social intergeracional (%)

		Indicador sócio-profissional do grupo doméstico atual			
	Indicador sócio-profissional do grupo doméstico de origem	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (29,6)	Profissionais técnicos e de enquadramento (59,2)	Empregados executantes (7,1)	Agricultores independentes pluriactivos (3,1)
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (22,7)	30,8%	19,2%	33,3%	-
	Profissionais técnicos e de enquadramento (39,8)	38,5%	40,4%	50,0%	-
	Trabalhadores independentes (2,3)	-	3,8%	-	-
	Empregados Executantes (18,2)	19,2%	19,2%	-	33,3%
	Operários (5,7)	3,8%	7,7%	-	-
	Trabalhadores independentes pluriactivos (3,4)	3,8%	3,8%	-	-
	Assalariados executantes pluriactivos (8,0)	3,8%	5,8%	16,7%	66,7%

2.6. Valores e satisfação face ao trabalho

Sempre que se atende às transformações ocorridas no sistema produtivo e económico das sociedades contemporâneas levantam-se questões sobre o sentido atribuído ao emprego para assim dar conta das mudanças de atitudes e valores atuais com os do passado. Autores tais como Inglehart (2008) problematizam o impacto das mudanças, provocado pelo incremento da qualidade de vida que grande parte da população das sociedades ocidentais conheceu após a Segunda Guerra Mundial. Para estes autores, o facto de as gerações nascidas depois desse período não terem suportado as privações materiais conhecidas pelas gerações anteriores, impulsionou a emergência de novas aspirações e expectativas face às várias dimensões da vida social, designadamente, orientações distintas face ao trabalho e ao emprego.

Quadro 23 – Grau de satisfaçãoⁱ⁾ face às dimensões de trabalho

Grau de satisfação			
		Nº	%
Dimensão relacional	Relação com os colegas	95	94,7
	Relação com os subordinados	77	81,9
	Relação com os superiores hierárquicos	95	75,8
Dimensão intrínseca	Autonomia na execução	95	85,2
	Grau de responsabilidade	95	82,1
	Variedade de tarefas	95	83,2
	Aplicação de conhecimentos	95	76,8
	Desenvolvimento de capacidades	95	76,8
	Aprendizagem de conhecimentos	95	80,0
	Participação nas decisões	95	70,5
	Condições no local de trabalho	95	75,8
Dimensão temporal	Tempo livre	95	67,3
	Duração do horário de trabalho	95	78,9
	Tipo de horário de trabalho	95	84,2
Dimensão extrínseca	Progressão na carreira	95	45,3
	Vínculo contratual	95	63,2
	Remuneração	95	66,3
	Frequência de formação	94	70,2

i) Aferido a partir do somatório das respostas dos níveis muito satisfeito e razoavelmente satisfeito

Neste sentido, procura-se compreender quais os aspetos mais valorizados no trabalho e emprego, questão pertinente sobretudo quando contextualizada no espectro mais lato das novas formas laborais, sustentadas por condições sócio-económicas e reforços ideológicos que afastam o anterior cenário do emprego para toda a vida. Assiste-se a um trabalho assalariado que apresenta novas configurações que volatilizam as certezas anteriores relativas a vínculos contratuais, rendimentos e carreiras estáveis. Perante a concomitante diluição de definições identitárias que tais circunstâncias promovem a nível subjetivo, torna-se legítimo questionar se deste cenário emergem condições necessárias para que se transmute o peso das motivações económicas do emprego em favor das motivações intrínsecas e relacionais inerentes ao mesmo.

Com efeito, o Quadro 23 indica que é precisamente na dimensão extrínseca do trabalho que os licenciados afirmam valores de satisfação mais reduzidos, declarando-se mais satisfeitos com as dimensões expressivas ligadas ao desenvolvimento pessoal, verificável pelo peso percentual da satisfação nas dimensões relacional e intrínseca. Embora não possamos inferir diretamente destes dados a questão ligada às motivações que orientam os sujeitos, depreende-se da leitura do Quadro 26 que as dimensões onde os respondentes encontram maiores níveis de satisfação se relacionam com as de natureza intrínseca e relacional, privilegiando sobretudo na primeira, as categorias relacionadas com a autonomia e responsabilidade no trabalho, bem como a variedade de tarefas e aprendizagem de novos conhecimentos. De destacar igualmente que a presença destes valores não pode ser analisada sem que se proceda à leitura da formação específica em Ciências Sociais, e em particular em Sociologia, na produção de valorizações e expectativas particulares no âmbito do exercício da atividade profissional.

Considerações finais

À semelhança do que fora já exposto nos dois estudos anteriores, confirma-se neste terceiro momento que a denominada transição dos jovens para o emprego se pauta pela complexidade e diversidade das formas sociais que toma. Deste modo, assiste-se à intensificação de um contexto laboral no qual os perfis e trajetórias profissionais adquirem uma natureza cada vez mais transitória marcada por contornos indefinidos. Estas características resultam da instabilidade estrutural prevalecente no tecido económico que tem vindo a evidenciar-se durante as últimas décadas e cujos impactos alteraram significativamente a relação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho (Pinto, 2010), nomeadamente impondo novos ritmos e modos de acesso ao mesmo (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004).

Os diplomados em análise neste artigo, tal como os dos estudos anteriores, enquadram-se nas tendências mais gerais do mercado de trabalho em Portugal e confirmam o que já fora exposto anteriormente quanto ao sentido e natureza da evolução do mesmo nas últimas décadas: emprego marcado pela precariedade ao qual subjaz uma crescente lógica de flexibilização quantitativa dos recursos humanos. Com efeito, constata-se uma significativa externalização das relações de trabalho que tem funcionado para reduzir volume, custos e tempo de trabalho, num processo mais amplo de flexibilização quantitativa do trabalho. A ilustrar este ponto, verifica-se que o exercício da profissão é predominantemente realizado sob a forma de uma relação jurídica alicerçada nos

contratos de trabalho a termo certo e em regimes de prestação de serviço, transversal em todos os momentos da trajetória profissional dos diplomados em sociologia.

Verifica-se que a precariedade é sobretudo de carácter contratual e não tem como corolário um processo de desqualificação, uma vez que, tanto no primeiro como no emprego à data da aplicação do inquérito, a maioria dos licenciados exerce a profissão de sociólogo, facto que corrobora a importância da formação universitária nesta área disciplinar como qualificativa para o emprego, o que ao mesmo tempo revela que a identificação prevalecente entre os diplomados em sociologia a exercer uma profissão se mantém vinculada à sua área de formação. Assim, é face a um contingente maioritário de respondentes que se identificam como sociólogos que se encontra manifesta uma correspondência objetiva e subjetiva entre a formação em sociologia e o desempenho laboral profissional. Tal traduz que os espaços de inserção no mercado de trabalho são tendencialmente mobilizadores das competências adquiridas ao longo da formação académica em sociologia ao fomentar circunstâncias laborais que valorizam e potenciam o exercício analítico, metodológico e técnico próprio a esse saber. Não obstante, as virtualidades aqui subjacentes podem correr o perigo de diluir-se perante a natureza precária das formas laborais que enquadram essas atividades, uma vez que sob este contexto se assiste à pulverização das carreiras estáveis e lineares a favor de uma pluralidade e diversidade de circunstâncias laborais que exigem dos profissionais a reconfiguração contínua das suas práticas à luz de novos enquadramentos e objetivos organizacionais.

Vislumbram-se os desafios que condicionam, aos mais diversos níveis, os percursos de vida da geração saída do sistema de ensino nos últimos anos, antecipando-se aí que a crescente transitoriedade das trajetórias laborais exerça impactos significativos tanto à escala individual, nas trajetórias laborais e familiares dos diplomados (Gonçalves, 2010), quer ao nível coletivo, no âmbito do ensino e da profissionalização da sociologia em Portugal.

Perante este cenário atravessado de contínuas mudanças ocorridas quer no sistema educativo, quer no sistema económico, a investigação do percurso dos jovens licenciados em sociologia assume-se como um exigência cada vez mais necessária para avaliar os alcances e desafios atuais que se colocam à sociologia portuguesa. Avaliar o impacto da institucionalização do processo de Bolonha ao nível do emprego e desemprego, da precariedade e da opção pelo prolongamento dos estudos, bem como a forma como a nova configuração formativa responde às novas exigências das sociedades globalizadas em geral e do mercado de trabalho em particular, num contexto marcado pela redefinição das relações laborais, é o repto que este artigo nos deixa para a próxima análise no âmbito do Observatório do Emprego dos diplomados em Sociologia

Referências bibliográficas

- ALVES, Mariana (1998), “Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, 131-147.
- (2005), “Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores”, in *Revista Interações*, 1, 179-201.
- ALVES, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Unidade de I&D de Ciências da Educação.

ARROTEIA, Jorge & MARTINS, António (1998), *Inserção Profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, UA.

BAPTISTA, Luís & MACHADO, Paulo (2010), “Our (scientific) Community and Our Society: rethinking the role and dilemmas of national sociological associations – the Portuguese case”, in *Sociologia On Line – Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* [em linha], n.º 1, 1-24 [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em: www.revista.aps.pt.

BECK, Ulrich (1998), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.

BOURDIEU, Pierre (1980), “Le capital social: note provisoires”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* [em linha], vol. 31, 2-3 [Consult. a 20 de julho 2010]. Disponível em:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1980_num_31_1_2069.

GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (2001), “Licenciados em Sociologia: Ritmos e formas de transição ao trabalho”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, 31-94.

– (2004), “Licenciados em Sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, Vol. XIV, 253-296.

GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (coords.) [et al.] (1997), *Formação e Emprego Juvenil em Portugal, França e Dinamarca. Um Estudo nas Áreas da Metalurgia e Mecânica e do Têxtil e do Vestuário*, Porto, Fundação da Juventude/Comissão das Comunidades Europeias.

GRANOVETTER, Mark (1983), “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”, in *American Sociological Association* [em linha], vol.1, 201-233, [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em:

http://74.125.155.132/scholar?q=cache:hfXYxz9TVgJ:scholar.google.com/+The+Strength+of+Weak+Ties:+A+Network+Theory+Revisited%E2%80%9C+American+Sociological+Association&hl=pt-PT&as_sdt=2000&as_vis=1.

– (1995), *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*, Chicago and London, University of Chicago Press.

INGLEHART, Ronald (2008), “Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. West European Politics”, in *World Values Survey*, [em linha], vol. 31, n.º 1-2, 130-146 [Consult. a 12 de novembro de 2009]. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org>.

MARQUES, Ana Paula (2003), *Entre o diploma e o emprego: a inserção profissional dos jovens engenheiros*, Braga, Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho.

ODES (2001), *1.º inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001*, s/l., documento policopiado.

PAIS, José Machado (1999), *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Porto, Ambar.

PARENTE, Cristina & VELOSO, Luísa (2010), “Trajectórias profissionais e precariedade no mercado de trabalho”, in Carlos Manuel Gonçalves (coord.) (2010), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.

PINTO, José Madureira (2010), “A note on the evolution, the specificity and the social relevance of Portuguese Sociology”, in *Sociologia On Line – Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* [em linha], n.º 1, 1-11 [Consult. a 2 de novembro de 2010]. Disponível em: www.revista.aps.pt.

ROSE, José (1984), *Enquête de l’emploi*, Paris, Économica.

– (1996), “L’organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports du travail et d’emploi”, in *Sociologie du Travail*, 1, 63-79.

SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar.

SOUSA, Luís Nuno (2003), *Transição ao trabalho: Interioridades, Desafios ou Descontinuidades. O caso do curso de Comunicação Social da ESEV*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais, Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

The professional transition of FLUP’s graduates in Sociology: new results from 2006

This article seeks to reflect on the importance of a university degree in the labor market. Regarding the profound changes occurring on the economic sphere, the transition of young graduates in the labor market gets a configuration increasingly insecure and unstable. According to that, this article identifies and discusses various aspects which determine the employability of graduates in sociology from the Faculty of Arts of University of Porto, through the data collected in 2006 by Employment Observatory of Graduates in Sociology, and in continuity with the two previous studies which resulted in two articles, conducted in 1998 and 2003, and published in 2001 and 2004 respectively.

Keywords: Employment; Transition to labor; Graduates; Sociologists; Sociology.

La transition professionnelle des diplômés en Sociologie par la FLUP: nouveaux résultats em 2006

Cet article vise à réfléchir sur l’importance d’un diplôme universitaire dans le marché du travail. Dans le sillage des changements profonds qui se produisent dans le tissu économique, la transition des jeunes diplômés dans le marché du travail prend une configuration de plus en plus précaire et instable. Ici, les différents aspects qui déterminent l’employabilité des diplômés en sociologie de la Faculté des Arts de l’Université de Porto sont identifiés et traités à partir des données recueillies en 2006 par l’observatoire pour l’emploi des diplômés en sociologie, et en continuité avec les deux études précédentes qui ont abouti à deux articles, menés en 1998 et 2003, et publiés en 2001 et 2004 respectivement.

Mots-clés: Emploi; Transition au travail; Diplômés; Sociologues; Sociologie.

La transición profesional de los titulados en Sociología Flup: nuevos resultados a partir de 2006

Este artículo discute la importancia de un título universitario Sociología en el mercado laboral. A raíz de los profundos cambios en la estructura económica y la transición de los jóvenes titulados mercado laboral, una configuración cada vez más insegura e inestable Sociólogos, con manifestaciones, tanto en términos de desarrollo socio-profesional de las situaciones vividas, en momentos de acceso al empleo o desempleo. Diferentes aspectos que caracterizan el empleo inseguro e inestable de los graduados en Sociología de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto los datos recogidos en 2006 por el Observatorio de Empleo de los graduados en Sociología, continuando dos estudios realizados en 1998 y 2003.

Palabras-clave: Empleo; Transición al Trabajo; Graduados; Sociólogos; Sociología.